

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.712 - SP (2019/0357312-6)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : **MARALOG DISTRIBUICAO S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **ANTÔNIO HÉRCULES - SP034460**
 : **CÉSAR AUGUSTO GOMES HÉRCULES - SP157810**
 : **FELIPE ROCES RIOS - SP318598**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE CATANDUVA - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE ITAQUAQUECETUBA - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE CATANDUVA - SP**
INTERES. : **JOSE APARECIDO GONCALVES DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **CLAUDEMIR LUÍS FLÁVIO - SP154498**

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, em que consta MARALOG DISTRIBUICAO S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL como suscitante, o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE CATANDUVA - SP, o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE ITAQUAQUECETUBA - SP e o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE CATANDUVA - SP como suscitados.

Ação em trâmite na 2ª VARA CÍVEL DE CATANDUVA - SP: recuperação judicial da suscitante.

Despacho do JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE ITAQUAQUECETUBA - SP: determinou a constrição de bens para satisfazer o crédito constituído na reclamação trabalhista n. 1001776-27.2016.5.02.0341, ajuizada por JOSE APARECIDO GONÇALVES DE OLIVEIRA.

DESPACHO DO JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE CATANDUVA - SP: (Processo: 0011511-39.2018.5.15.0028) comunica ao "Juízo Deprecante (1ª Vara do Trabalho de Itaquaquecetuba - processo nº 1001776-27.2016.5.02.0341), através de mensagem eletrônica, que os bens penhorados foram liberados para Hasta Pública, conforme documento de Id aff50b8, e que os autos encontram-se aguardando a designação de data pela Divisão

de Execuções de São José do Rio Preto, responsável pela realização das hastas públicas".

Conflito de competência: alega em síntese, que, nos termos da jurisprudência do STJ, o juízo onde tramita a recuperação judicial é o único competente para dirimir questões que afetem o patrimônio da empresa. Pleiteia, liminarmente, "seja determinada a imediata suspensão em face da Suscitante do processamento da execução que tramita perante o D. JUÍZO SUSCITADO, tornando insubsistente a determinação de realização de hasta pública dos bens relacionados, ou então, cancelando seus efeitos, caso já ocorrida, além de quaisquer outros atos constritivos proferidos em face da Recuperanda/Suscitante, designando o D. JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CATANDUVA (JUÍZO RECUPERACIONAL), para dirimir e deliberar em caráter provisório sobre as questões consideradas urgentes até o julgamento do presente conflito de competência".

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

O STJ assentou o entendimento de que, tanto após o deferimento do pedido de recuperação judicial quanto após a decretação da quebra, o destino do patrimônio da sociedade não pode ser afetado por decisões prolatadas por juízo diverso do que é competente para a recuperação ou falência. Nesse sentido: CC 79170/SP, Primeira Seção, DJe 19/09/2008; e CC 106.768/RJ, Segunda Seção, DJe 02/10/2009.

Portanto, na espécie, mediante juízo perfunctório, infere-se que o Juízo Laboral não detem competência para dar continuidade a atos que impliquem restrição ao patrimônio da suscitante.

Forte nessas razões, DEFIRO parcialmente o pedido liminar, a fim de suspender a prática, pelo JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE ITAQUAQUECETUBA - SP e pelo JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE CATANDUVA - SP de atos que impliquem constrição ao patrimônio da suscitante.

Designo, por conseguinte, o JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE CATANDUVA - SP para resolver, em caráter provisório, as medidas

Superior Tribunal de Justiça

urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando-lhes e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora